

1. Informações gerais

A Concessionária Rio -Teresópolis S.A. “Companhia” cuja sede está localizada na Rodovia BR-116/RJ – Praça do Pedágio, Magé, RJ, foi constituída sob a forma de “sociedade anônima” em Assembleia Geral realizada em 7 de novembro de 1995. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração, sob forma de concessão, não onerosa, de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba até Teresópolis Ent. BR-040(A) e respectivos acessos, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Equalização do capital circulante negativo

O capital circulante líquido (CCL) em 31 de dezembro de 2012 foi negativo em R\$ 16.658 (R\$ 9.592 em 31 de dezembro de 2011) em função do elevado volume de investimentos realizados para atender o PER (Terceira Faixa da Serra, Rua Lateral de Parada Modelo, Implantação da Balança Fixa, Contenções diversas e Construções de Passarelas) somado à captação de empréstimo – BNDES Automático – com vencimento a partir de julho de 2013.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Companhia em 21 de fevereiro de 2013.

2. Políticas contábeis

2.1. Bases de preparação e apresentação das Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos, subjetivos e no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações anuais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.2. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável.

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta, exatamente, os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a atividade da Companhia é alcançada pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção, uma vez que contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos e que o negócio da CRT é a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

2.4. Créditos a receber

Os créditos a receber referem-se, substancialmente, às receitas de pedágio eletrônico administrado por terceiros (AVI), as quais são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Administração não considera

duvidosa a recuperação dos créditos, razão pela qual não constituiu provisão para perdas.

2.5. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumulada calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.6. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados à infraestrutura da concessão classificados como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada ou prazo de concessão, o que ocorrer primeiro e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.7. Provisão para redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, nenhuma evidência que indicasse que o valor contábil líquido excede o valor recuperável foi identificada. Sendo assim, não se fez necessária a constituição de provisão adicional para recuperação de ativos.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-los e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável

que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.9. Tributação

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

<u>Nome do tributo</u>	<u>Sigla</u>	<u>Alíquotas</u>
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65 e 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade	COFINS	3,00 e 7,60%
Imposto Sobre Serviço	ISS	5%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta na demonstração de resultado juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), abrangendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos e passivos das diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e aos valores recuperáveis decorrentes das diferenças temporárias dedutíveis ao

diferimento de créditos fiscais não utilizados fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Os Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal que os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.10. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no CPC 41. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro diluído por ação é calculado através do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. Adicionalmente, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o lucro por ação.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão destas informações anuais.

2.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das informações anuais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os

próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia, quando aplicável, constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas Apólices de Seguro, quando aplicável.

Provisão para manutenção

A Companhia provisionou, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações anuais devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.13. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.14. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e créditos a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia não possui passivos desta natureza.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.15. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.16. Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público

e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

2.17. Informações por segmento

A Companhia concentra suas atividades na exploração dos serviços previstos no contrato de concessão. A Companhia foi constituída com um propósito específico, possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.18. Novos pronunciamentos contábeis

Pronunciamentos Técnicos revisados pelo CPC em 2012

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01 de janeiro de 2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM nº 684/12, de 30 de agosto de 2012. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

ICPC 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos - aprovado pela Deliberação CVM nº 683/12, de 30 de agosto de 2012. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 18 (R1) – Investimento em Coligada e em Controlada - aprovado pela Deliberação CVM nº 688/12, de 04 de outubro de 2012. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial - aprovado pela Deliberação CVM nº 687/12, de 04 de outubro de 2012. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 17 (R1) - Contratos de construção - aprovado pela Deliberação CVM nº 691/12, de 08 de novembro de 2012. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1) - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM nº 692/12, de 08 de novembro de 2012. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 35 (R2) - Demonstrações separadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 693/12, de 08 de novembro de 2012. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01 de janeiro de 2013.

CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, de 13 de dezembro de 2012.

CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto - aprovado pela Deliberação CVM nº 696/12, de 13 de dezembro de 2012.

CPC 45 - Divulgações de participações em outras entidades - aprovado pela Deliberação CVM nº 697/12, de 13 de dezembro de 2012.

CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 698/12, de 20 de dezembro de 2012.

CPC 46 - Mensuração do valor justo - aprovado pela Deliberação CVM nº 699/12, de 20 de dezembro de 2012.

A companhia estuda os pronunciamentos e revisões que têm sua adoção obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2013 e seus respectivos impactos.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Contrato de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a rodovia BR-40/RJ até Além Paraíba, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. O convênio destina 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

No Programa de Exploração da Rodovia - PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 186.091, como segue (dados em milhares de reais):

	2013	2014	2015	2016 a 2021	Total
Investimentos – PER	56.179	55.503	19.068	55.341	186.091

Em 27 de agosto de 2012 foi assinado quarto aditivo ao contrato de concessão, com a adoção do fluxo de caixa marginal para as novas obras (não previstas no PER), além do IPCA em substituição a fórmula paramétrica.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
<u>Caixa e Bancos:</u>	2.476	1.665
<u>Aplicações Financeiras:</u>		
Banco Votorantim S.A.	3.635	1.403
Caixa Economica Federal	4	10
	3.639	1.413
Total	6.115	3.078

As aplicações financeiras em CDB/DI de alta liquidez, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos médios de 102% do CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos se equipara ao seu valor de mercado.

5. Créditos a receber

	2012	2011
Pedágio	-	8
Via Fácil	7.790	6.741
Auto Expresso	98	106
Dbtrans	791	817
Visa Vale	405	402
Total	9.084	8.074

A Companhia passou a operar em 2009 com o sistema de cobrança automática de pedágio, denominado Via fácil e em maio de 2011 com o sistema DBTRANS , sendo os valores recebíveis em até 45 e 30, dias respectivamente, subsequentes ao mês de registro da passagem pelo usuário. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o saldo está representado por valores a vencer e não há provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e histórico de perdas significativas com estes créditos.

6. Impostos, taxas e contribuições

a) Impostos a recuperar

	2012	2011
Imposto de Renda e Contribuição Social	94	94
PIS e COFINS	321	318
Circulante	415	412

b) Impostos, taxas e contribuições a recolher

	2012	2011
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.242	6.783
PIS e COFINS	631	571
ISS	1.070	960
ICMS	17	18
IRRF	13	12
Circulante	10.973	8.344

c) Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro – e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários. O valor contábil do ativo e passivo fiscal

diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores.

Os fundamentos dos ativos e passivos fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

	2012			2011
	IRPJ	CSLL	Total	Total
Ativo				
IR e CS diferidos s/ Prov. Custo Manutenção	613	221	834	926
IR e CS diferidos s/ Prov. Contingências	850	213	1.063	1.339
Ativo não circulante	1.463	434	1.897	2.265
Passivo				
IR e CS diferidos s/ Receitas Financeiras	1.117	402	1.519	1.160
IR e CS diferidos s/ Amortização Intangível	1.476	532	2.008	1.197
Passivo não circulante	2.593	934	3.527	2.357
Líquido	1.130	500	1.630	92

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2012	2011
Lucro antes da tributação	74.870	67.098
Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido (34%)	25.456	22.813
Ajustes para demonstração da taxa efetiva		
adições e exclusões permanentes	(33)	(2.965)
Incentivos fiscais	(428)	(379)
Diferenças temporárias	1.496	4.632
Despesas de Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido	26.491	24.101
Taxa efetiva	35,38%	35,92%

7. Imobilizado

CUSTO		Saldo em 31.12.2010	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 31.12.2011
Bens Próprios						
Máquinas, Eq. e Sist. Controle de Ponto		1.296	202			1.498
Edificações		233				233
Veículos		543	11	(26)		528
Processamento de Dados e Hardware		512	115			627
Móveis e Utensílios		198	77		(1)	274
Ferramentas		12	5		1	18
Instalações e Instalações Elétricas		105	29			134
Usina		27	4			31
Instalações Elétricas Usina		94				94
Terrenos		35				35
		<u>3.055</u>	<u>443</u>	<u>(26)</u>		<u>3.472</u>
Benfeitorias						
Imobilizações em Curso		169	199			368
		<u>169</u>	<u>199</u>			<u>368</u>
Imobilizado Bruto		<u>3.224</u>	<u>642</u>	<u>(26)</u>		<u>3.840</u>

DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	Taxa %	Saldo em 31.12.2010	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 31.12.2011
Bens Próprios						
Máquinas, Eq. e Sist. Cont. de Ponto	10%	(785)	(47)		55	(777)
Outras Imobil. Próp. e Benf. Bens Terc.	10 a 20%	(133)	(63)		(55)	(251)
Edificações	4%	(116)	(10)			(126)
Veículos	20%	(191)	(108)	26		(273)
Processamento de Dados e Hardware	20%	(390)	(124)		1	(513)
Sistema De Controle De Ponto/Acesso	10%		(3)		(1)	(4)
Móveis e Utensílios	10%	(114)	(16)			(130)
Instalações e Instalações Elétricas	10%	(84)	(6)			(90)
Instalações e Ins. Elétricas - Usina	10%	(89)	(2)			(91)
		<u>(1.902)</u>	<u>(379)</u>	<u>26</u>		<u>(2.255)</u>
Imobilizado Líquido		<u>1.322</u>	<u>263</u>			<u>1.585</u>

CUSTO		Saldo em 31.12.2011	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 31.12.2012
Bens Próprios						
Máquinas, Eq. e Sist. Controle de Ponto		1.498	218	(3)		1.713
Edificações		233				233
Veículos		528	9			537
Processamento de Dados e Hardware		627	79			706
Móveis e Utensílios		274	116			390
Ferramentas		18	2			20
Instalações e Instalações Elétricas		134				134
Usina		31	1			32
Instalações Elétricas Usina		94				94
Refeitório e Cozinha Industrial					812	812
Projeto BI					161	161
Terrenos		35				35
		<u>3.472</u>	<u>425</u>	<u>(3)</u>	<u>973</u>	<u>4.867</u>
Benfeitorias						
Imobilizações em Curso		368	1.868	(4)	(973)	1.259
		<u>368</u>	<u>1.868</u>	<u>(4)</u>	<u>(973)</u>	<u>1.259</u>
Imobilizado Bruto		<u>3.840</u>	<u>2.293</u>	<u>(7)</u>	<u>0</u>	<u>6.126</u>
DEPRECIÇÃO ACUMULADA	Taxa % a.a	Saldo em 31.12.2011	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 31.12.2012
Bens Próprios						
Máquinas, Eq. e Sist. Cont. de Ponto	10%	(777)	(60)			(837)
Outras Imobil. Próp. e Benf. Bens Terc.	10 a 20%	(251)	(88)			(339)
Edificações	4%	(126)	(9)			(135)
Veículos	20%	(273)	(108)			(381)
Processamento de Dados e Hardware	20%	(513)	(102)			(615)
Sistema De Controle De Ponto/Acesso	10%	(4)	(3)			(7)
Móveis e Utensílios	10%	(130)	(25)			(155)
Instalações e Instalações Elétricas	10%	(90)	(6)			(96)
Instalações e Ins. Elétricas - Usina	10%	(91)	(1)			(92)
Refeitório e Cozinha Industrial	12%		(24)			(24)
		<u>(2.255)</u>	<u>(426)</u>			<u>(2.681)</u>
Imobilizado Líquido		<u>1.585</u>	<u>1.867</u>	<u>(7)</u>		<u>3.445</u>

De acordo com o CPC01/IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Não foi identificada a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

8. Intangível

CUSTO - INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2010	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 31.12.2011
Ativo Intangível					
Concessão	224.564	43.303	(75)		267.792
Software	211	49			260
Outros	52	1			53
Intangível Bruto	<u>224.827</u>	<u>43.353</u>	<u>(75)</u>		<u>268.105</u>

AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	Saldo em 31.12.2010	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 31.12.2011
Amortização do Ativo Intangível					
Concessão	(115.474)	(8.764)	7	(58)	(124.289)
Software	(169)	(86)		58	(197)
Outros	(7)	(10)			(17)
	<u>(115.650)</u>	<u>(8.860)</u>	<u>7</u>		<u>(124.503)</u>
Intangível Líquido	<u>109.177</u>	<u>34.493</u>	<u>(68)</u>		<u>143.602</u>

CUSTO - INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2011	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 31.12.2012
Ativo Intangível					
Concessão	267.792	42.468	(252)		310.008
Software	260	106			366
Outros	53				53
Intangível Bruto	<u>268.105</u>	<u>42.574</u>	<u>(252)</u>		<u>310.427</u>

AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	Saldo em 31.12.2011	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 31.12.2012
Amortização do Ativo Intangível					
Concessão	(124.289)	(13.389)	252		(137.426)
Software	(197)	(30)			(227)
Outros	(17)	(10)			(27)
	<u>(124.503)</u>	<u>(13.429)</u>	<u>252</u>		<u>(137.680)</u>
Intangível Líquido	<u>143.602</u>	<u>29.145</u>			<u>172.747</u>

De acordo com o CPC 01(R1)/ IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do Ativo Imobilizado e Intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente

desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2012, e em 2011 não foram identificadas evidências de ativos corpóreos ou intangíveis com custos registrados superiores a seus valores de recuperação.

Até 31 de dezembro de 2012, a Companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento da aquisição do direito de exploração no montante de R\$ 866.

9. Empréstimos e financiamentos

	2012		2011	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
BNDES	9.075	39.490	6.322	37.556

O empréstimo trata de Contrato de Financiamento destinado à melhoria da Rodovia BR-116, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, no período de 2008 a 2012. A totalidade do crédito concedido está divididos em: subcrédito A – R\$ 27.752, B – R\$ 11.894, C – R\$ 8.542 e D – R\$ 3.661 totalmente levantados.

Sobre os subcréditos A e C incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre os subcréditos B e D incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de 1% ao ano. Os subcréditos A e C foram utilizados até 31 de dezembro de 2010, e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2011. Os subcréditos B e D foram utilizados até 31 de maio de 2012, com carência até 15 de janeiro de 2013 e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2013, cujos encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo.

Obteve como garantia carta de fiança emitida pelo Bradesco S.A. com vencimento em 22 de agosto de 2013.

Neste exercício, firmamos novo contrato de abertura de crédito fixo, modalidade, Produto BNDES automático, tendo como agente financeiro o Banco ABC Brasil S.A. A destinação dos recursos será aplicada na realização das obras da Rodovia BR 116, na Construção de um posto de pesagem - Balança Fixa, Km 131 e no trecho II B – Ampliação da capacidade de subida da Serra compreendido entre os Km 97,46 e Km 99,02.

A totalidade do crédito está dividido em: sub-créditos A – R\$ 5.439 – dos quais R\$ 4.615 foram levantados até a presente data, B – R\$ 1.360 – dos quais R\$ 1.163 foram levantados até a presente data e C – R\$ 2.720 – dos quais R\$ 2.326 foram liberados até a presente data, cujos encargos financeiros foram registrados no passivo.

Sobre o sub-crédito A, incidirão juros de 4,3% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de 1,0% ao ano.

Sobre os sub-créditos B e C, incidirão juros de 4,3% ao ano acima da Taxa Variável reajustada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, sem vinculação a repasse em condições específicas, no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros.

Os investimentos financiados foram finalizados em dezembro de 2012, e a última “tranche” ocorrerá em janeiro de 2013, já que as liberações são realizadas pelo sistema de “reembolso”.

A amortização do financiamento terá início em 15 de julho de 2013 e será finalizada em 15 de setembro de 2017.

Possui como garantia Nota Promissória emitida pelo Banco ABC Brasil S.A com vencimento à vista e prazo de apresentação para pagamento de até 08 (oito) anos contados da data de sua emissão.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) nos contratos em questão.

As parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	2012	2011
BNDES I E BNDES AUTOMÁTICO		
2014	9.884	15.029(*)
2015	9.884	7.576
2016	9.884	7.576
2017	6.866	5.035
2018	1.877	1.477
2019 em diante	1.095	863
Total Longo Prazo	39.490	37.556

(*) inclui R\$ 7.453 referente ao ano de 2013.

A CRT comprovou a inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, conforme critério do BNDES pudesse comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES.

10. Salários, provisões e contribuições

	2012	2011
Provisões Trabalhistas	1.136	1.026
Encargos Trabalhistas	489	653
Imposto de Renda Retido na Fonte	61	56
Participação no Resultado	1.591	1.383
Benefícios	13	4
Outros	188	217
Circulante	3.478	3.339

11. Obrigações legais decorrentes de processos judiciais

A Companhia constitui provisão em face de perdas prováveis decorrentes de ações trabalhistas e tributárias. As ações de natureza cível estão cobertas por apólice de seguro. A Administração, portanto, não acredita, na ocorrência de perdas significativas não cobertas pelo seguro.

Composição e movimentação do saldo

	Saldo Inicial 31.12.2011	Adições	Baixas	Saldo Final 31.12.2012
Trabalhistas	1.794		(379)	1.415
Cíveis	1.363		(435)	928
Fiscais	20			20
Valor Provisionado	<u>3.177</u>		<u>(814)</u>	<u>2.363</u>

a) Processos cíveis

Os principais litígios cíveis envolvendo a Companhia referem-se, basicamente, aos seguintes aspectos:

- (i) Indenização por danos materiais e morais resultantes de acidentes ocorridos na rodovia

Ações de indenização ajuizadas por usuários da rodovia, em função de danos materiais e morais causados por acidentes, inclusive com vítimas fatais. Apesar de o atual estágio processual ser de difícil previsibilidade acerca dos valores envolvidos, a Companhia mantém sistemática de avaliação das contingências envolvidas. Cabe ressaltar que a Companhia, além de constituir provisão, possui seguro de Responsabilidade Civil e Danos Morais para cobertura de tais eventos.

- (ii) Ação cível pública nulidade do contrato

Anulação do Contrato de Concessão, por meio de Ações populares, sob alegação de ilegalidades e de que o lucro obtido pela Companhia com a exploração da Concessão não estaria sendo acompanhado de melhorias na Rodovia.

- (iii) Ações de desapropriação

Ações de desapropriação junto com o Poder Concedente de áreas declaradas de utilidade pública, visando à construção de instalações, tal

como a de um Posto de Pesagem Fixa, no valor aproximado de R\$ 400. A maioria das áreas está situada nos municípios de Teresópolis e Magé.

b) Processos trabalhistas

A maioria das causas é oriunda de contratos de subempreiteiras, cujo desfecho tem sido favorável à CRT, penalizando apenas o real empregador.

c) Processos fiscais

Os processos são oriundos do município de Teresópolis, na importância de R\$ 20, que estão sendo contestados, razão pela qual foi constituída provisão de igual valor.

12. Provisão para manutenção

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 e com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 2.454 (R\$ 2.724 em 31 de dezembro de 2011).

13. Debêntures

As Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 27 de agosto de 2001, 05 de novembro de 2001 e 05 de dezembro de 2001 deliberaram pela 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, tendo tal emissão sido aprovada pela CVM em 26/12/2001 com as seguintes características, resumidas:

Forma e espécie:	Escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares, não tendo garantias pessoais, reais ou flutuantes, e serão
------------------	--

	subordinadas aos demais credores da Companhia.
Quantidade de títulos:	23.100 debêntures simples, referentes à 1ª emissão.
Valor da emissão (em R\$):	A presente emissão tem o valor total, valor nominal e prêmio de emissão, de R\$ 62.963, na data de emissão.
Valor nominal (em R\$):	As debêntures têm valor nominal unitário de R\$ 560,55, na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$ 12.949.
Data de emissão:	31 de dezembro de 2001.
Vencimento final:	Somente vencerão quando da dissolução ou liquidação da Emissora, por qualquer razão, conforme facultado pelo art. 55, §3º, da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto no item 1.20.
Prêmio de emissão (em R\$):	As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$ 2,1653 na data de emissão, perfazendo o total de R\$ 50.014.
Conversibilidade:	As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da Companhia, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

Cada debênture terá direito a participação nos lucros da Companhia, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída aos seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu-se, após aprovação em Assembleia Geral dos Debenturistas, alterar o

fator de conversibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures em 31 de dezembro de 2001, foi feita a avaliação por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura, com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação e demais variáveis previstas na escritura das debêntures na data de encerramento das demonstrações financeiras. A administração concluiu ser nulo o valor justo das opções, em função que a conversão das debêntures em ações não se mostra ideal. Em razão das premissas utilizadas para estes cálculos poderem variar ao longo do tempo a estimativa do valor justo, poderá variar comparativamente aos valores reais no futuro.

Colocação das debêntures

Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 (treze mil seiscentos e oitenta) debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão. As demais debêntures não vendidas foram canceladas no término do prazo de colocação.

As condições completas da Escritura de Debêntures, seus aditivos e o Prospecto de Distribuição encontram-se arquivados na CVM para consulta dos investidores.

14. Outras obrigações

	2012	2011
Comissões s/fianças	264	335
Verba de fiscalização	239	226
Arrendamento Mercantil	13	173
Adiantamento de clientes	338	331
Outras contas a pagar	364	191
Danos à rodovia a executar	2.980	-
Circulante	4.198	1.256

Representado, basicamente (71%), por reembolso de seguro destinado a cobrir danos à rodovia, face ao sinistro de 12.01.2011, cujas obras de recuperação ainda não foram concluídas.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 54.400, dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2012, foi deliberado o aumento de R\$ 8.700 no capital social autorizado da Companhia, passando a ser de R\$ 54.400, mediante utilização de Reserva Lucros e Reserva de Capital.

A composição acionária da Companhia está assim constituída:

	2012						2011	
	ON	%	PN	%	Total	%	Total	%
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S/A - INVEPAR	17.992	36,88	3.546	9,41	21.538	24,91	21.538	24,91
CCNE Carioca Concessões S/A	10.262	21,03	8.202	21,77	18.464	21,35	18.464	21,35
STRATA Construções e Concessionárias Integradas S/A	8.567	17,57	5.800	15,39	14.367	16,62	14.367	16,62
Queiroz Galvão Participações - Concessões S/A	10.262	21,03	—	—	10.262	11,87	10.262	11,87
Construtora Queiroz Galvão S/A	—	—	8.201	21,76	8.201	9,48	8.201	9,48
CRT - Fundo de Investimento em Participações	—	—	9.524	25,28	9.524	11,02	9.524	11,02
M.&G. Consultoria e Participações	—	—	711	1,89	711	0,82	711	0,82
CREDICOM Comercial Inf. e Serviços Ltda.	625	1,28	588	1,56	1.213	1,40	1.213	1,40
ERG Participações Ltda.	1.070	2,19	1.102	2,92	2.172	2,51	2.172	2,51
Conselheiros	8	0,02	6	0,02	14	0,02	14	0,02
Total	48.786	100	37.680	100	86.466	100	86.466	100

b) Dividendos

b.1) Antecipação de dividendos

É assegurado aos acionistas da Companhia dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços, observado o disposto em Lei.

Consta também no estatuto social que os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio serão sempre considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

O dividendo mínimo obrigatório foi calculado como se segue:

	2012	2011
Lucro líquido do período	48.379	42.997
Reserva legal	<u>(2.419)</u>	<u>(2.150)</u>
Base de cálculo	45.960	40.847
Percentual do dividendo	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Valor do dividendo obrigatório	11.490	10.212
Dividendos adicionais pagos	<u>7.898</u>	<u>4.700</u>
Total de dividendos pagos	<u>19.388</u>	<u>14.912</u>

c) Reservas

c.1) Reserva de ágio

Referente a ágio apurado na emissão de ações.

c.2) Reserva para aumento de capital

Constituída com o fim específico de manter a paridade de 20% entre os investimentos realizados e o capital social, conforme consta no contrato de concessão.

c.3) Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social integralizado da Companhia.

c.4) Reserva de restituição de capital (estatutária)

Constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal. É limitada a 20% do capital social subscrito. Essa reserva somente poderá ser utilizada para a restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão.

c.5) Reserva para investimentos (estatutária)

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal. É limitada a 80% do capital social, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia.

c.6) Reserva de retenção de lucros

Constituída para cobrir orçamento de capital, previstos no Contrato de Concessão (PER), aprovado pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Legislação Societária.

16. Receita operacional, líquida

	2012	2011
Receita bruta de pedágio	177.571	148.099
Receita de contrato de construção	40.537	42.034
Dedução da receita	(15.429)	(12.870)
Receita líquida	202.679	177.263

17. Despesas administrativas

	2012	2011
Despesas com pessoal	5.678	5.058
Serviços de terceiros	2.142	2.270
Desp. de materiais, equipamentos e veículos	1.058	883
Despesas gerais	5.487	8.442
Despesas de remuneração de dirigentes	1.097	1.033
Total	15.462	17.686

18. Receitas e despesas, financeiras

	2012	2011
Despesas financeiras:		
Despesas de financiamento	(2.613)	398
Despesas bancárias	(595)	(553)
Outros	(40)	
	<u>(3.248)</u>	<u>(155)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações	393	774
Variação monetária ativa	134	19
Descontos obtidos	45	50
	<u>572</u>	<u>843</u>
Remuneração de Debenturistas	<u>(17.308)</u>	<u>(14.897)</u>
Total	<u>(19.984)</u>	<u>(14.209)</u>

19. Remuneração dos Administradores e PLR dos Empregados

a) Participação dos Empregados no Lucro (PLR)

Além da participação dos debenturistas, prevista na Escritura de Emissão de Debêntures registrada na CVM, a Companhia, tradicionalmente, atribui a seus empregados remuneração anual baseada na Lei 10.101/2000 (Participação de Empregados nos Lucros e Resultados (PLR), em valor e metodologia aprovados pelo Conselho de Administração e pelo Sindicato da categoria, apresentados no artigo 31, letra “h”, do Estatuto da Companhia, bem como a seus dirigentes. Do montante provisionado, a título de participação nos resultados em 31 de dezembro de 2012, R\$ 17.308 (R\$ 14.897 em 2011) foram atribuídos aos debenturistas e R\$ 1.748 (R\$ 1.511 em 2011) aos empregados e diretores, totalizando R\$ 19.056 (R\$ 16.408 em 2011).

b) Remuneração e Participação dos Administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas fixarem, em Assembleia Geral,

o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2012, foi proposto o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$ 2.800.

Com relação à remuneração (excluindo-se demais despesas) a composição é a seguinte:

	2012			2011		
	Diretores	Conselheiros	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Composição						
Pró-labore	991	106	1.097	911	122	1.033
Bônus variáveis (i)	670		670	594		594
Outros	35		35	33		33
Total	1.696	106	1.802	1.538	122	1.660

(i) Valor provisionado, sujeito a alteração quando do pagamento.

A Companhia não possui quaisquer tipos de transação com partes relacionadas.

20. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

(a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira

das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2012 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, empréstimos e financiamentos, e obrigações com Poder Concedente. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado.

Devido à alta liquidez e/ou curto prazo para amortização, o valor de mercado das disponibilidades, contas a receber, fornecedores e debêntures equivalem ao valor contábil.

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa de CDI

A companhia mantém parte substancial dos equivalentes a caixa indexada à variação do CDI.

Operação	Cenário Provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira	3.639	3.639	3.639
Taxa anual estimada do CDI	6,90%	8,63%	10,35%
Efeito anual no caixa líquido	251	314	377

(c) Análise de sensibilidade à variação da taxa de juros

(c.1) BNDES I

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP	19.569	24.461	29.354
BNDES Sub-Crédito B	TJLP	8.387	10.483	12.580
BNDES Sub-Crédito C	TJLP	8.542	10.678	12.813
BNDES Sub-Crédito D	TJLP	3.661	4.576	5.491
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)				
		5,50%	6,88%	8,25%

(c.2) BNDES II

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos BNDES Automático				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP	4.615	5.769	6.923
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		10,80%	13,50%	16,20%
BNDES Sub-Crédito B	UMBNDDES	1.154	1.442	1.731
BNDES Sub-Crédito C	UMBNDDES	2.308	2.884	3.461
Referência para passivos financeiros UMBNDDES (% ao ano)		4,30%	5,38%	6,45%

(d) Taxas de câmbio

A companhia não possui operações de câmbio.

(e) Derivativos

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(f) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e

equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Em 2012, a estratégia da Companhia, que ficou inalterada em relação à de 2011, foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 0,30 e 0,40. Os índices de alavancagem financeira em, 31 de dezembro de 2012 e de 2011 podem ser assim sumariados:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Debêntures	7.668	7.668
Total dos empréstimos (Nota 9)	48.565	43.878
Menos: caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	<u>(6.115)</u>	<u>(3.078)</u>
Dívida líquida	<u>50.118</u>	<u>48.468</u>
Total do patrimônio líquido	<u>109.272</u>	<u>87.060</u>
Total do capital	<u>159.390</u>	<u>135.528</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>0,32</u>	<u>0,36</u>

21. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a companhia apresenta a seguir as Demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, totalizando 86.466 (oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais farão jus à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que aqueles pagos às ações ordinárias

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2012			2011		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	26.157	22.222	48.379	23.247	19.750	42.997
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações em circulação	48.786	37.680	86.466	48.786	37.680	86.466
Lucro Básico e Diluído por ação (R\$)	536,16	589,77	559,51	476,51	524,16	497,27

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações anuais. A companhia não possui instrumentos diluidores e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não há diferença entre o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

22. Coberturas de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros referente ao complexo rodoviário integrante do programa da Agencia Nacional de Transportes Terrestres – antigo DNER - compreendendo a totalidade da Rodovia BR 116-RJ, no trecho entre Além Paraíba e Teresópolis – Entroncamento da BR-040 (A), cujos limites máximos de cobertura eram o seguinte em 31 de dezembro de 2012:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade Civil	7.000	12.08.12 à 12.08.13	Chartis
Risco Engenharia	33.000	13.05.11 à 30.11.13	Itaú/Liberty
Riscos Operacionais	45.000	11.07.12 à 11.07.13	Itaú
Garantia	13.700	22.11.12 à 22.11.13	Banco Fator
Adm. e Diretores	10.000	15.02.12 à 15.02.13	Chartis
Multirisco Empresarial	5.930	11.07.12 à 11.07.13	Itaú

O item “riscos operacionais” é decomposto pelos eventos: desmoronamento; desentulho; gastos adicionais – fluxo de veículos; danos elétricos; vendaval; tumultos, greves e *lock-out*; impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; equipamentos eletrônicos (excluídos roubo e/ou furto); quebra de máquinas;

despesas extraordinárias; roubo e/ou furto de bens (incluído equipamento eletrônico). Para cada um desses itens, há limites máximos de cobertura e franquia específica.

Os Riscos de Engenharia são contratados a cada obra e sua vigência é durante a execução desta.

23. Evento subsequente

A agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Exploração da infraestrutura Rodoviária Federal o “Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Concedida”, contendo o plano de contas, instruções contábeis e manual para divulgação de informações econômico-financeiras. As orientações contidas no referido manual são de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2013 conforme Revisão nº 2 aprovada pela Resolução nº 3.847 de 20 de junho de 2012.